TL 1982

COMUNICADO

Imagem de Portugal posta em causa

Foi com estupefacção que a opinião pública portuguesa recebeu a notícia de que as OGMA tinham prestado assistência a material de guerra indonésio. A sua estupefacção foi ainda maior ao ouvir o Ministro da Defesa declarar publicamente que "*os motores não têm nacionalidades. São todos iguais*", acrescentando que "*é ridículo dizer que a causa do povo de Timor foi prejudicada ou foi beliscada*" e só apresentaria a sua"*demissão, se isso resolvesse os problemas dos timorenses.*"

É, de facto, ridículo que se queira fazer crer aos cidadãos que duplicidades de critério e de actuação políticos não afectam a credibilidade de Portugal. É precisamente esta postura de "dois pesos e duas medidas" que o Governo português e a sociedade civil têm criticado quando se referem ao comportamento das autoridades da Austrália, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Espanha, dos Estados Unidos...no caso de Timor.

Não é a primeira vez que os esforços diplomáticos de Portugal quanto à defesa da autodeterminação e independência de Timor-Leste se vêm contraditados por outras medidas do mesmo Governo: quando se desacompanha o processo de paz no Sahara Ocidental que conduzirá à realização de um referendum, quando se "acolhem" os timorenses que escapam à repressão indonésia, quando o nosso país consta dos relatórios anuais da Amnistia Internacional... Estes factos são largamente utilizados pelas autoridades indonésias. E são também habilmente explorados pelos países que desejam, a todo o custo, manter e ampliar as suas relações comerciais com a Indonésia - sobretudo aqueles que vendem armas a Jacarta.

No momento em que a política externa portuguesa estava a conseguir resultados positivos na luta diplomática pela questão de Timor, no momento em que os diplomatas portugueses se encontram empenhados numa difícil discussão com os seus parceiros da União Europeia visando a Comissão de Direitos Humanos em Genebra, os acontecimentos das OGMA tiram margem de manobra à diplomacia portuguesa e arriscam-se a condenar ao fracasso esses esforços.

Se Portugal tem uma política para Timor-Leste definida de acordo com as suas responsabilidades e os preceitos constitucionais e se quer aplicá-la consequentemente, o Goveno tem, neste caso, de tomar uma atitude que reponha a sua inteira credibilidade e a credibilidade do país.

A Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM)

Lisboa, 21 de Janeiro de 1995

Luis Teotónio Pereira